N° 004/2011

Boletim Específico aos Trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Ensino

JUNHO/2011

SINTEGO VOLTA A COBRAR DEMANDAS DA EDUCAÇÃO À THIAGO PEIXOTO

ela quarta vez neste ano, a diretoria do Sintego esteve em audiência com o titular da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), Thiago Peixoto, para cobrar dele respostas para as demandas dos trabalhadores em Educação, como o cumprimento da lei federal 11.738/08, a Lei do Piso, a situação dos professores com contrato temporário e dos administrativos com vencimento menor que um salário mínimo, as modulações e a concessão de licença-prêmio, entre outros assuntos.

PISO SALARIAL

O secretário voltou a afirmar que não tem perspectiva de quando vai cumprir a Lei do Piso. Alegando dificuldades financeiras, desta vez jogou a responsabilidade para o Governo Federal. Ele disse que a Seduc está negociando com o Ministério da Educação (MEC) para uma ajuda de recursos e que está tentando otimizar todos os gastos. A Seduc trabalha para reduzir o número de temporários por meio da remodulação dos professores para a sala de aula, fechando laboratórios, bibliotecas, findando os projetos.

"Isso ele vem dizendo desde o começo do ano, usa as desculpas de todos os secretários anteriores, o discurso não muda e nada de ter reajuste, data-base ou cumprimento da lei do Piso. Sempre tem uma desculpa. Nunca dizem 'vamos começar a pagar tal dia' ou 'estamos propondo para que a a partir de tal

mês haja tais e tais recursos possibilitando tal reajuste'. Precisamos de uma resposta mais concreta. Dizer que não tem dinheiro, não dá. Mesmo porque temos visto o governo aumentar a arrecadação e o custo aluno cresceu 26% este ano, cadê o dinheiro", disse Bia de Lima, tesoureira do Sintego.

Na audiência do dia 20 de abril, Thiago havia informado que a Secretária de Fazenda (Sefaz) e a de Planejamento (Segplan) estavam há um mês analisando o impacto do reajuste salarial nas contas do Estado e que no começo de maio ele se reuniria com os titulares das duas pastas e com o governador Marconi Perillo para saber quando o pagamento do piso será possível. Entretantro, na reunião desta quinta-feira, dia 2 de junho, ele não deu nenhuma resposta para a categoria e nem perspectiva de quando vai pagar o Piso.

ELEIÇÕES PARA DIRETOR DE ESCOLA

O Sintego questionou mais uma vez vários pontos do edital para as eleições de diretor de escola na rede estadual, principalmente os que dizem respeito à eliminação de candidatos por meio de uma espécie de prova antes da votação, a possibilidade de exoneração de diretores democraticamente eleitos caso não cumpram metas do Ideb (o que é uma função não só do diretor, mas da Seduc em dar condições à escola), a permissão para alunos menores de 12 anos votarem e a

exigência de curso superior para administrativos serem aceitos no cargo de secretário.

Mesmo com o Sintego informando que as medidas ferem a ideia de gestão democrática e que muitos trabalhadores, pais e representantes da comunidade escolar rejeitam essas propostas, o secretário, de forma autoritária, alegou que o processo já está em andamento e não vai mudar nenhum ponto do edital.

Thiago descumpriu a promessa de apresentar o edital de convocação ao Sintego antes de publicá-lo, para que o sindicato pudesse opinar sobre o processo com base nas sugestões da categoria.

O Sintego defendeu que a eleição deveria ser também para secretário, pois amplia a participação de toda a comunidade escolar no processo de escolha da equipe gestora de cada unidade.

No dia 7 de junho, o Sintego vai participar de uma reunião no Conselho Estadual de Educação (CEE) onde novamente estes pontos serão discutidos com participação da Seduc.

ADMINISTRATIVOS E QUADRO TRANSITÓRIO

Questionado sobre a situação de que cerca de mais de 70% do quadro dos funcionários administrativos têm vencimento salarial abaixo de um salário mínimo e dependem de complemento para chegar ao valor de R\$ 545, Thiago disse que a prioridade agora é cumprir a Lei do Piso e que todas as demandas que

exijam recursos financeiros serão atendidas apenas após o cumprimento desta meta. O Sintego protestou, lembrando que a Seduc precisa atender a todos os servidores da Educação, sem distinção nem exclusão, até porque não tem garantido a data-base.

Sobre a situação dos professores do Quadro Transitório, Thiago usou a mesma justificativa da falta de recursos e da prioridade ao piso. Os trabalhadores que se enquadram nesta categoria estão sofrendo com a defasagem salarial uma vez que não podem ter incididos em suas remunerações progressões comuns na carreira. É uma das maiores injustiças cometidas pelo Estado.

MODULAÇÃO E MUDANÇAS

O Sintego voltou a registrar a forma como a Seduc vem promovendo as mudanças e modulações na rede estadual, deixando laboratórios, bibliotecas e outros setores das escolas abandonados e prejudicando o professor que vem desenvolvendo um bom trabalho na sua atividade. Ele disse que vai insistir na transferência dos professores que estão em funções administrativas para a sala de aula.

Ele voltou a dizer que a Seduc quer colocar o máximo de professores na sala de aula. Afirmou já levado de volta para a sala mais de 2 mil professores e que pretende levar mais 3 mil que estão hoje em funções administrativas.

O Sintego cobrou que o secretário detalhe de forma mais clara para todos os trabalhadores quais são as medidas que está implantando na pasta e o que pretende com cada uma delas e que todos estes pontos sejam realmente debatidos com a categoria.

NOVA REUNIÃO

Ao fim da audiência, o secretário marcou um novo encontro para o dia 7 de junho (terça-feira), onde serão discutidos outros pontos não abordados na reunião e retomados temas como a eleição para diretor e o piso salarial.

REUNIÃO COM MARCONI DISCUTE DATA-BASE, IPASGO E SALÁRIO INTEGRAL

O governador Marconi Perillo recebeu os representantes do Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos de Goiás na manhã desta quarta-feira, dia 1º de junho, para dialogar sobre a data-base dos servidores, a situação do Ipasgo, o fim do parcelamento dos salários e outros assuntos específicos de cada categoria. A presidente da CUT e tesoureira do Sintego, Bia de Lima, foi a escolhida para falar em nome do Fórum e pontuar a situação geral dos servidores, bastante grave, e específica de cada categoria, detalhando as reivindicações.

A reunião foi resultado da pressão feita pelo Fórum – entidade de qual o Sintego faz parte – no dia 25 de maio, quando realizou uma grande mobilização em frente ao Palácio Pedro Ludovico, e durante os cinco meses da gestão Marconi Perillo, uma vez que o governador se recusava a receber os servidores públicos para negociar as principais reivindicações dos servidores e responder sobre as promessas de campanha não-cumpridas.

Marconi afirmou na reunião que em julho o governo volta a pagar os salários de forma integral e dentro do mês trabalhado. Sobre a data-base, ele informou que formou uma comissão para buscar saídas, pois deseja cumprir a data-base. Esta comissão é composta pelos secretários estaduais Giuseppe Vecci (Planejamento e Gestão), Simão Cirineu (Fazenda) e integrantes do Fórum: Bia de Lima (Sintego), Fátima Veloso (Sindsaúde), Rogério Cândido (Sindifisco), Silveira Alves (Sinpol) e Nilton Perillo (Sindipúblico). Estes são os componentes da comissão que se reunirá na próxima semana

Sobre o Ipasgo, o governador disse que entregaria a gestão aos servidores, conforme havia prometido na campanha, mas que isso acontecerá quando o governo colocar as contas do instituto em dia. Ele afirmou acreditar que até o fim do ano resolverá esta pendência e então repassará a gestão aos servidores.

Uma conquista do Fórum foi a garantia da reativação do Conselho Deliberativo do Ipasgo (CDI), formado por servidores do Estado e cuja função é acompanhar e fiscalizar a gestão do instituto. Era uma antiga luta dos servidores a volta do conselho. Marconi disse que aguarda a entrega do ofício com os nomes indicados pelo Fórum para homologá-lo. O Fórum já encaminhou os nomes e representando o Sintego foi indicado o nome da tesoureira Bia de Lima.

"Enquanto o governo não repassa a gestão aos servidores, é de fundamental importância e urgente que ele reative o Conselho Deliberativo, uma vez que este órgão tem por finalidade fiscalizar e auditar a administração do Ipasgo, acompanhar a gestão e deliberando sobre movimentações financeiras, contratos e convênios e recursos e reclamações de usuários", disse Bia de Lima.

Especificamente sobre a educação, Iêda Leal cobrou de Marconi o compromisso de campanha de pagar o piso salarial aos professores no começo do governo. Ele alegou falta de caixa para cumprir a promessa agora, mas disse que todos os compromissos serão honrados.

As reuniões entre o Fórum e o governador serão periódicas, de dois em dois meses.

Durante a reunião, o governador foi informado que todas as categorias estão insatisfeitas com esse início de governo e bastante preocupadas, o parcelamento dos salários e, no caso dos professores, o descumprimento da Lei do Piso e outras demandas. Ele também foi informado sobre a possibilidade de paralisações e greves caso não apresente propostas concretas para as reivindicações.

"Cada dia que passa sem respostas concretas representa inúmeros prejuízos para os servidores. O importante desta reunião é que foi aberto um canal de diálogo e conseguimos com que o governador parasse de pagar o salário parcelado", disse Iêda Leal.